

# PROLEGÔMENO HISTORIOGRÁFICO AO OBJETO POLÍTICO

CÁSSIO A. A. ALBERNAZ\*

## RESUMO

Este artigo busca analisar, de forma introdutória, como o objeto político tem sido tratado pelo cânone historiográfico de matriz francesa, num movimento que parte da crítica dos *Annales* à história política tradicional, em princípios do século XX, até o engendrar de uma história política renovada. Primeiramente, a partir desse percurso, infere-se a forma enviesada da recepção da crítica dos *Annales* a uma concepção de cientificidade que rompe com aquela da *Escola Metódica*, e não ao objeto político em si, como disseminaram seus detratores. Posteriormente, é possível notar o “estilhaçar” do objeto político pela nova história política e pela concepção de “retorno” do político, nos anos 1970. Também se percebe como, mais recentemente, o engendrar de uma história política renovada busca a integralização do objeto político, como proposto por Pierre Rosanvallon.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Política; Escola dos *Annales*; historiografia.

## RESUMÉ

Cet article analyse comme l'objet politique a été traitée par la courant dominant de l'historiographie française, démarrant des critiques des *Annales* à l'histoire politique traditionnelle, dans le début du XXe siècle, jusqu'au engendrement de une histoire politique renouvelé. Tout d'abord, à partir de ce chemin, il est clair comment biaisé la réception de la critique des *Annales* à la conception scientifique de l'*École Méthodique*, et non l'objet politique lui-même, comme ses détracteurs se répandre. Plus tard, nous pouvons voir le « briser » de l'objet politique par la nouvelle histoire politique et le concept de « retour » de la politique dans les années 1970. C'est possible également voir, plus récemment, comme l'engendrement une histoire politique renouvelée demande le récupération d'objet politique, tel que proposé par Pierre Rosanvallon.

**MOTS-CLÉS:** Histoire Politique; École des *Annales*; historiographie.

---

\* Doutorando em História pela PUCRS com doutorado-sanduíche na Université Paris I - Sorbonne.

# 1 INTRODUÇÃO

Tratar do fenômeno político como objeto do saber científico é uma tarefa por si espinhosa. Sobretudo, quando diferentes campos reivindicam o objeto em questão, aflorando antagonismos, distorções, elasticidade teórica e conceitual, ou ainda, a duplicidade e sobreposição das agendas de pesquisa pela superficialidade do diálogo e pela defesa de territórios e fronteiras.<sup>1</sup>

Para o caso específico da historiografia, até recentemente, inscrever uma pesquisa como um estudo de história política era se afastar de um determinado cânone, aquiescendo a um “contramodelo historiográfico”<sup>2</sup>. Tal “demonização” da história política buscou “marginalizar” não somente a abordagem do político como o próprio objeto, pelo menos do início do século XX até meados dos anos 1970, quando se percebe o chamado “retorno” do político. Entretanto, essa tarefa apresentou algum grau de frustração, uma vez que a abordagem política e o objeto político nunca deixaram de aparecer de forma significativa na produção historiográfica<sup>3</sup>. Portanto, ao se falar de um “retorno” da história política, é necessário precisar o seu significado, pois nem a abordagem política, nem o objeto político saíram totalmente de cena.

Este artigo não busca, de forma alguma, fazer um balanço completo desse movimento historiográfico, que vai da “condenação” à renovação da história política, nem chegar a conclusões peremptórias.

---

<sup>1</sup> Dentre os diferentes campos científicos que se ocupam da política como objeto estão a História Política, a Ciência Política, a Antropologia Política, a Filosofia Política, a Sociologia Política e ainda a Teoria Geral do Estado.

<sup>2</sup> Refiro-me a uma determinada recepção da crítica dos *Annales* à história política, que configurou, de modo geral, o modelo historiográfico do século XX. Esse cânone historiográfico foi inspirado pela sociologia durkheimiana, pela concepção marxista da história e por vertentes culturalistas.

<sup>3</sup> Ao analisar as bases catalográficas da Université de Paris/Sorbonne, da Maison des Sciences de l'Homme (MSH) e da biblioteca da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), nota-se que entre as décadas de 1940 e 1970 mais de duas centenas de títulos são dedicados à história política e ao objeto político. Esse número aumenta sensivelmente após 1970. Para o caso brasileiro, diversos estudos historiográficos demonstram a importância do político para a historiografia brasileira. Dentre eles: D'ALESSIO, Márcia M.; JANOTTI, Maria de Lourdes. A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994). *Estudos Históricos*, n. 17, 1996; FICO, Carlos; POLITO, Ronaldo. *A história no Brasil. 1980-1989: elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992; CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. *Estudos Históricos*, n. 17, 1996; GOMES, Ângela Maria de Castro. Política: história, ciência, cultura, etc. *Estudos Históricos*, n. 17, 1996; GOUVEIA, Maria de Fátima. A História Política no campo da História Cultural. *Revista de História Regional*, v. 3, n. 1, 1998; LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências atuais da historiografia brasileira. *Revista Brasileira de História*, v. 2, n. 4, set. 1982.

Antes disso, pretende sugerir algumas reflexões preliminares sobre a renovação da história política a partir de alguns textos e autores que são representativos desse debate. Com esse intuito, busca-se analisar como o objeto político tem sido tratado pelo cânone historiográfico de matriz francesa, partindo da crítica dos *Annales* à história política, até o debate atual em torno da renovação da história política.

A partir desse percurso, infere-se a forma enviesada da recepção da crítica dos *Annales* à história política, haja vista que tal crítica tinha por objetivo atingir uma determinada concepção de cientificidade e não o objeto político como disseminaram seus detratores. Posteriormente, nota-se o “estilhaçar” do objeto político pela chamada “nova” história política e pela concepção de “retorno” do político. Também se percebe como o engendrar de uma história conceitual do político busca a integralização do objeto político.

Neste artigo não se tem por objetivo resolver essas tensões, apenas sugerir uma leitura que entende ser importante colocar o político como objeto dentro de um contexto epistemológico para averiguar o potencial heurístico, interrogações e problemáticas em torno do objeto político. Como salientava Marc Bloch, é preciso procurar não fazer da palavra político sinônimo de superficial. Sugestão fundamental que foi deslocada pela crítica rotineira e, às vezes, pouco refletida ao objeto.

## **2 ORIGENS DE UM MAL-ENTENDIDO: A CRÍTICA DOS ANNALES À HISTÓRIA POLÍTICA**

De uma forma ampla, é possível afirmar que o sentido moderno do termo história se confunde como um saber ligado ao Estado e à construção das nações europeias. Essa história era, principalmente, política. Nessa fase, sobretudo na tradição historiográfica francesa, em fins do séc. XIX, a *Escola Metódica* atribuiu um lugar considerável à história política e diplomática, influenciada pelos estudos de Langlois e de Seignobos<sup>4</sup>. Essa supremacia do político está intimamente ligada à ideia de que a história deveria interpretar “fielmente” os fatos através do “método crítico”, em que “a história é apenas a de documentos” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1987: 275), restando apenas estabelecer relações entre os fatos assim verificados, de forma cronológica e pessoal. Assim, o acesso direto às fontes oriundas do Estado visava a uma objetividade absoluta, emanada de forma direta pelos documentos,

---

<sup>4</sup> É em torno na *Revue Historique*, fundada em 1876 por Gabriel Monod e Gustave Fagniez, que essa corrente vai dominar o ensino e a pesquisa histórica, tendo em Langlois e Seignobos seus principais expoentes.

refutando qualquer especulação, logo consagrando a história política como ramo mais importante, porque o “mais científico” do saber histórico (DÉLOYE, 1997: 8).

A partir dos reflexos da recepção da sociologia durkheimiana e de uma nova concepção de cientificidade por ela propagada, François Simiand, em 1903, lança seu manifesto de crítica aos “ídolos da tribo dos historiadores”<sup>5</sup> que impediam o seu diálogo com a sociologia e, portanto, o desenvolvimento de uma “história-ciência”. Simiand, ao afirmar que a especificidade da sociologia que lhe conferia cientificidade era de “afastar o acidental para capturar o regular [...] eliminar o individual para estudar o social” (1903: 131), lança a chave crítica de explicação da insatisfação com a história tradicional oriunda da *Escola Metódica*, e por consequência, com a ideia de contingência presente nessa noção de história.

Mais pontualmente, a crítica de Simiand ao “ídolo político” é a preocupação com os fatos políticos, porquanto estes reforçavam a ideia de contingência dos acontecimentos. Como contraponto crítico em sua análise, Simiand reduziu a história política tradicional a uma “história superficial”, demasiadamente empirista, que não conseguia penetrar nas realidades sociais, por não procurar uma consideração objetiva dos fenômenos sociais, e não obter leis e regularidades (BOURDÉ; MARTIN, 1997; DÉLOYE, 1997).

Os críticos da história política tradicional, inspirados por essa nova concepção de cientificidade advinda da sociologia durkheimiana, acusavam a impossibilidade de cientificidade da história produzida pela *Escola Metódica*, uma vez que o “método crítico” favoreceria a dois gêneros históricos: a *história acontecimental* ou *historizante*, e a *história-paine!*. Assim, romper com a narrativa política, com as biografias laudatórias, com a ordenação de fatos no tempo pelo viés da política e das instituições, era a ordem do dia, pois a história política tradicional operaria apenas ao nível superficial das realidades sociais, não estabelecendo considerações objetivas dessas realidades e nem regularidades, ou leis, como assim propunham os durkheimianos.

Cabe ressaltar que essas críticas tendiam a confundir o objeto político com as noções de acontecimento e contingência. Ou seja, a confusão posta é entre objeto científico, no caso, o *político*, e determinada noção de cientificidade. Nesse caso, também se coloca uma tensão entre disciplinas nomotéticas e ideográficas.

O manifesto de Simiand e a confusão oriunda desse manifesto ecoaram em muitas gerações posteriores de historiadores, encontrando

---

<sup>5</sup> Mais precisamente, o “ídolo político”, “o ídolo cronológico” e o “ídolo individual”.

sua base já na primeira geração dos *Annales*, quando Marc Bloch e Lucien Febvre, a partir de 1929, travaram o que denominaram de “combate à história historicizante”<sup>6</sup>, dando continuidade à estigmatização da história política. A aproximação da história com a sociologia fez com que o *político* cedesse lugar gradativamente ao social. Como constatou André Burguière por ocasião do cinquentenário da revista dos *Annales*, em 1979, “há outros domínios que sempre estiveram fora das preocupações da revista: como o do político, durante muito tempo identificado ao factual, à espuma insignificante de uma história profunda” (BURGUIÈRE, 1979: 1345).

No movimento dos *Annales*, o desprezo pelo político vem *pari passu* com a busca de uma “história profunda”, ligada à complexidade da temporalidade das estruturas sociais, resultando em estudos que rompem com a temporalidade *événementielle* em prol da longa duração e das permanências. Como afirmou Pierre Chaunu, a história dos *Annales* é “uma história amplamente não política, e que exerceu fascínio sobre várias gerações de historiadores” (1974: 62). Assim, a história política perdeu espaço para uma nova forma de ver a história ligada ao social, deixando de ser o cânone historiográfico e passando a ser alvo de desprezo, pois se identificava com o particular, com o pontual, ignorando uma noção mais totalizante de sociedade, ignorando a longa duração e, portanto, afastada da nova matriz epistemológica.

Para André Burguière, “a originalidade do movimento do qual Marc Bloch e Lucien Febvre são os iniciadores resulta mais da maneira de afirmar seu programa do que do programa em si” (BURGUIÈRE, 1979: 1346), considerando que, antes da crítica dos *Annales* à história política, François Simiand, em 1903, em *Méthode Historique et Science Sociale* e Henri Berr, em 1900, na *Revue de Synthèse Historique*, já formularam essas críticas.

Esse primeiro movimento, de “combate”, no sentido *annaliste*, à história política parece, de uma forma geral, confundir o *político* – objeto de estudo que possibilita a compreensão de alguns fenômenos sociais – com as noções de acontecimento e de contingência, como dito anteriormente. Para além dessa hipótese, não se pode perder de vista os conflitos pelo espaço acadêmico francês, e a busca dos *Annales* pela deslegitimação de seus predecessores. Aproximar a história da sociologia durkheimiana era a palavra de ordem. Portanto, o ataque à história política é menos ao objeto político do que a uma determinada noção de história-ciência ligada à *Escola Metódica*. É a denúncia da

---

<sup>6</sup> Expressão cunhada por Lucien Febvre em seu livro *Combats pour l'histoire*, originalmente de 1947.

proposta de uma mudança epistemológica que fez tábula rasa de uma determinada concepção de cientificidade e de abordagem do objeto político.

### 3 DA RECEPÇÃO ENVIÉSADA DA CRÍTICA AO ESTILHAÇAR DO OBJETO POLÍTICO

É nos anos 1970 que começa uma nova onda de interesse pela política, oriunda de uma conjuntura comemorativa do bicentenário da Revolução Francesa. Esse contexto fora favorável às reflexões sobre uma “nova” história política que preconizava algumas mudanças nas práticas dos historiadores, possibilitando uma reestruturação do saber histórico que se pretendia mais favorável à compreensão do objeto político.

Amplamente ancorados nas ciências sociais, mantendo e ampliando a proposta original da primeira geração dos *Annales*, tinham como enfoque *o político* no sentido de *cultura* e de *poder*. A legitimação desse interesse pelo político se dá por uma importante “metamorfose” que mantém a condenação de uma história política tradicional, já que agora não são mais os fatos políticos que interessam, mas as mentalidades, os signos, os símbolos políticos de poder (LE GOFF, 1985).

Assim, a nova história política, ao deslocar a ênfase *da política* para *o poder*, parece ter usado um caminho para tentar escapar das críticas de se produzir uma história política tradicional. Os adeptos desse “estratagem” se utilizam de algum tipo de construção do conceito de poder que negasse a prioridade na análise política, principalmente, quando ligada aos cânones “condenados” da política: Estado, partido, eleições, diplomacia, etc.<sup>7</sup> Ao deslocar a noção de *poder* para longe das definições habituais, dá-se, quase automaticamente, no pensamento desses artífices, a proposição de “novos objetos”, diferentes daqueles tradicionais.

O fato é que houve um esforço deliberado de desconstrução dos objetos tradicionais da história política, paralelamente à desconstrução do próprio objeto político e da história política. Não foram os historiadores do político que se seduziram pelas formulações desconstrutivistas, culturalistas, antropologizantes, dentro da concepção foucaultiana de

---

<sup>7</sup> Cabe ressaltar que as críticas aos objetos tradicionais da política (Estado, partidos, eleições, diplomacia, etc.), na chamada “nova” história política, se coadunam com uma importante crítica à noção de temporalidade *événementielle* da história tradicional, deslocando assim a temporalidade da curta duração para a longa duração. Assim, Estado, partidos, eleições, diplomacia mantêm sua importância como objetos quando vistos na longa duração.

poder, uma vez que essas diferentes formas de desconstrução diluiriam os contornos da história política e do próprio objeto político.

Jacques Julliard, em 1974, no texto “La politique”, publicado no livro *Faire de l’histoire*, organizado por Le Goff e Pierre Nora, teve como incumbência tratar da política dentro da tradição *annaliste* de sua geração. O pensamento desse autor tem fundamental importância nesse debate, pois explicita algumas tensões fundamentais entre a tradição *annaliste* e o objeto político. Tensões que ele mesmo mostrou incapacidade de superar.

Julliard segue algumas premissas das proposições *annalistes*, afirmando que a história política teria sofrido da “má influência” da tradição historiográfica do início do século, “conservando ainda um perfume Langlois-Seignobos” (JULLIARD, 1980: 180). Nesse argumento de crítica, um tanto jocoso, ao método da história tradicional, fica evidente a tensão posta anteriormente, entre a crítica metodológica dos *Annales* à noção de cientificidade da *Escola Metódica*, expresso no seu *perfume Langlois-Seignobos*, que é seguidamente confundida como uma crítica, e condenação, do objeto político, considerando que, para Julliard, há uma confusão da crítica entre método e objeto, ou, como afirma, entre a “identidade da acusada” e sua “interdição de permanência a que foi condenada” a política como objeto do conhecimento historiográfico (JULLIARD, id., *ibid.*).

Nesse sentido, diz o autor: “essa situação não pode perdurar. Em primeiro lugar, porque não se ganharia nada em continuar a confundir as insuficiências de um método com os objetos a que se aplica” (JULLIARD, id.: 181). Cita Raymond Aron: “nunca houve razão, lógica ou epistemológica, de afirmar que o conhecimento histórico dos fenômenos econômicos ou sociais apresenta em si um caráter mais científico do que o conhecimento dos regimes políticos, das guerras ou das revoluções” (JULLIARD, id.: 182). Também sustenta essa percepção em Braudel, para quem o domínio político pode escapar ao acontecimento:

daí procede, entre alguns dentre nós, historiadores, uma viva desconfiança com relação à história tradicional, dita história factual, confundindo-se a etiqueta com a etiqueta da história política, não sem alguma injustiça: a história política não é forçosamente uma história factual, nem é condenada a sé-lo (JULLIARD, id., *ibid.*).

Parece claro nos argumentos expostos que, para Julliard, a crítica não se reporta ao objeto político, mas sim ao método e à cientificidade da história política tradicional. Como resultado, o autor busca uma defesa e a operacionalidade do objeto político para a historiografia.

Entretanto, sua veia *annaliste* pulsa de forma mais evidente quando o autor sustenta que a renovação do campo da história política só poderia acontecer mediante o contato com as ciências sociais, em especial aquelas que tratam do objeto político, pelo abandono da curta duração em detrimento da longa duração, buscando fenômenos que indicassem permanências além daqueles vinculados às mudanças.

Em outro texto (JUILLARD, 1982), o autor procurou delimitar as especificidades da política como objeto. Buscando sistematizar essas especificidades, chegou a quatro categorias: 1) *a história política como narrativa*: essa se confunde com a narrativa tradicional, ordenando os fatos cronologicamente; 2) *a história política como sistema explicativo*: nesse modelo, a política é o objeto a partir do qual se formulam as hipóteses e as principais explicações sobre a história; 3) *a história política como sociologia histórica do poder*: essa seria centrada na estrutura do poder, na tomada de decisões e nos discursos do poder, claramente influenciada pela sociologia e pela ciência política; e 4) *a história política na longa duração*: mais preocupada com as permanências e continuidades do que com rupturas e mudanças, aproximando-se de uma abordagem das mentalidades, dos sistemas de crenças, da cultura política.

Independente da precisão dessas categorias em Julliard, isso mostra um esforço do autor de apreender o objeto político e suas possibilidades para a historiografia. Tais formulações de Julliard têm por base a noção de *autonomia do político* inspirada em Paul Ricoeur, para o qual não é possível reduzir as relações humanas a conflitos de classe, às tensões econômicas e sociais. Ou seja, Julliard postula que a onda de “retorno” do político à historiografia é consequência de um crescimento do papel da política nas sociedades contemporâneas. Julliard parte da noção gramsciana de poder como “príncipe coletivo”, afirmando que “não se trata mais de saber se a história política pode ser inteligível, mas de saber se, agora, pode existir uma inteligibilidade da história, fora da referência ao universo político” (JULLIARD, 1980: 184).

O que se pode apreender do pensamento de Julliard é que a história política não pode prescindir a um problema de pesquisa, diferentemente do que fazia a história política tradicional. Também ressalta a importância da questão da temporalidade como fundamento de renovação da história política.

Num outro movimento de “retorno” do objeto político, o livro-manifesto de René Rémond, *Por uma história política*, de 1988, defende a ideia de que o interesse pela “nova” história política também traz à tona um novo interesse pela história política tradicional. Sobretudo, levando em consideração que o seu postulado mais importante é o da

prevalência e da autonomia do político. O autor defende um “retorno” da noção de explicação tradicional do “político primeiro pelo político” (DÉLOYE, 1997: 19). Assim, recusa as generalizações sociológicas, que são vistas como redutoras da historicidade do político e que ocultam as especificidades e as autonomias relativas do espaço político. Apesar de Rémond salientar que “há no político mais do que o político” e de se recusar a “se contentar com a exclusiva contemplação de seu próprio objeto” (RÉMOND, 1998: 21).

As críticas mais contundentes ao trabalho de Rémond são direcionadas ao “estilhaçar” do objeto político, que perderia de vista as complexas relações entre as diferentes esferas do político. Essa crítica parece ser imputável ao trabalho de Rémond, apesar de o autor salientar que “político não constitui um setor separado do saber: é uma modalidade da prática social” (RÉMOND, id.: 26). Entretanto, como ressalta Déloye, “a história política preconizada por Rémond é acusada de isolar o político do social ao estudar separadamente os ‘grandes componentes estruturantes da vida política’ (os partidos, os sindicatos, as mídias, as eleições, etc.)” (DÉLOYE, op. cit.: 22).

A partir do exposto, é possível perceber a distância que separa esta história política “renovada” da “nova” história política, como defendida por Le Goff. Se, nesta última perspectiva, a história política se abre para o espírito sociológico, a primeira se mantém muito prudente, isto é, às vezes hostil em relação à tradição sociológica. O retorno do político é aqui sinônimo de uma nova atenção com a contingência e com o lugar dos indivíduos na história. Dessa forma, o que está em disputa entre a perspectiva da chamada “nova” história política, no sentido de Le Goff e Julliard, e a história política renovada de Rémond, novamente, são a intensidade e os graus de contato da história política com as ciências sociais<sup>8</sup>.

Em outro sentido, Serge Bernstein busca na história cultural inspiração para tratar com maior complexidade o objeto político, negando a autonomia do político, como proposta por Rémond. Para tanto, propõe uma história da cultura política para não cair no historicismo e na história tradicional reducionista do objeto político. Entretanto, a empresa proposta por Bernstein parece sofrer de uma contradição intrínseca, pois, ao apresentar a cultura política como “elemento determinante da ação futura” e ao afirmar que “determina as motivações da ação política” (BERNSTEIN, 1988: 349-363), apresenta um reducionismo culturalista do objeto político e da história política.

---

<sup>8</sup> Não perdendo de vista as disputas acadêmicas entre Sciences Po, Paris X e Paris I, e mesmo as disputas de diferentes concepções de história-ciência.

Como ressaltam alguns analistas desse fenômeno no Brasil, essa nova emergência da história política é, na verdade, uma especialização da história cultural (GOUVEIA, 1998) ou, como coloca Borges, “passa-se a pensar a política no sentido de uma cultura” (BORGES, 1991: 16). As críticas ao “retorno” da política como cultura política são imediatas, principalmente partindo de Roger Chartier e Peter Burke. Este último lança uma provocação: “a história política está às voltas com uma crise de identidade, pois, se a política está em toda parte, qual a necessidade da história política?” (BURKE, 1992).

Cabe ressaltar que essas tentativas culturalistas de ampliação e complexificação do objeto político acabaram por reduzir o objeto político, uma vez que este se viu tensionado frente a sua fragmentação pela concepção da “nova” história política, ora reduzido ao conceito de poder, ora como um epifenômeno da cultura.

Não se pode negar o fato de que essas críticas à história política e ao objeto político, que vêm dos *Annales* até a Nova História, permitiram a renovação das abordagens do campo político, porém não preencheram alguns vazios deixados pela “condenação” e “demonização” de uma história política das instituições, de uma história política centrada no Estado, ou ainda, de uma história política das ideias, que foram tratadas pelo cânone como um contramodelo historiográfico.

Tratar do objeto político é mais do que tratar de um rótulo conveniente. É necessário perceber suas implicações epistemológicas. Nesse sentido, Pierre Rosanvallon parece dar um passo importante, ao situar no objeto político as alterações ocorridas no território do historiador e as importantes transformações políticas que levaram a novos questionamentos, enriquecendo o debate sobre as inquietações que permeiam o campo do político e apontando novas perspectivas para um estudo que se anuncia, antes de tudo, interdisciplinar e ancorado no campo conceitual, no rumo já apontado por Paul Veyne.

#### **4 A BUSCA DE OPERACIONALIDADE E INTEGRALIDADE DO OBJETO**

Esse importante debate historiográfico que se estendeu pelo século XX e as mudanças epistemológicas das ciências sociais que afetaram a história mostram que não houve um abandono completo do objeto político por parte da história, acusação que às vezes é imputada aos *Annales*. Seu combate era menos ao objeto político do que a uma determinada concepção de história, como assinalado anteriormente. Como bem indicou Rosanvallon, o declínio da história política tradicional é acompanhado pelo desenvolvimento de outros métodos e

abordagens, como os estudos das mentalidades políticas, das culturas políticas, além da marcante influência da sociologia política (1996: 19).

Ao contrário dos autores apresentados até então, Rosanvallon trata o “retorno” do político como um “desencantamento” da história com as ciências sociais, fenômeno mais visível, segundo ele, a partir da década de 1980. Esse desencantamento tem uma importante dimensão teórica, mas também uma dimensão metodológica.

No sentido de se recusar a fatiar o objeto político, Pierre Rosanvallon defende uma *história conceitual do político*, tentando tomar as distâncias da história política tradicional e da história das ideias políticas, para “pensar em bloco o político como lugar da ação da sociedade sobre ela mesma” (1996: 33-36). Considerando que na esfera política se dá a articulação social e sua representação, é possível identificar nexos históricos em torno das racionalidades de organização política e social.

A inspiração desse autor advém de sua proximidade com as leituras de Raymond Aron, principalmente a leitura de Aron da tese toquevilleana. Essa indicação é importante, pois coloca a democracia como um problema basilar do pensamento de Rosanvallon. Outra forte influência é sua proximidade da leitura da obra de Claude Lefort, principalmente a referência ao *lugar de poder* como precondição da vida em sociedade, como um modo de instituição do social, e que constitui o centro daquilo que se denomina *o político*. Ainda, a noção de história conceitual de Paul Veyne, que estimula a interdisciplinaridade fundamentada no campo conceitual.

Para o autor, a finalidade da história conceitual do político seria:

1) fazer a história da maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais procuram construir respostas ao que percebem mais ou menos confusamente como um problema, e 2) fazer a história do trabalho operado pela interação permanente entre a realidade e sua representação, definindo os campos histórico-problemáticos. (ROSANVALLON, *Ibid.*: 33)

O objeto seria a identificação dos “nós históricos” em torno da organização das racionalidades políticas e sociais, haja vista que as representações do político se modificam de acordo com as transformações nas instituições e suas formas de relacionamento social.

Ela é história política na medida em que a esfera do político é o local de articulação do social e de sua representação. Ela é história conceitual porque é em torno de conceitos – a igualdade, a soberania, a

democracia, etc. – que se amarram e encontram inteligibilidade das situações e o princípio de sua ativação (ROSANVALLON, id, ibid.).

Para Lynch, Rosanvallon enxergava na história uma ferramenta indispensável para uma reflexão realística do político, e se vê compelido a se afastar tanto dos excessos do historicismo, que dispensam a reflexão do presente, quanto do normativismo teórico, que, ao rechaçar a história, rechaçaria a própria realidade (LYNCH, in ROSANVALLON, 2010: 34).

Convém ressaltar que Rosanvallon faz uma importante distinção entre *a política* e *o político*. Para ele, *a política* é o espaço para onde converge a representação e a tomada de decisões; *o político* é o espaço onde a representação é produzida, terreno em que a sociedade transforma a si mesma. Assim, história social e história intelectual são inseparáveis para o autor: o mundo *da política* não passa de um segmento do mundo *do político*, que opera pela mobilização dos mecanismos simbólicos de representação. Nessa distinção, o autor torna explícitas as vertentes de duas correntes historiográficas da história política francesa, uma que pensa *a política* e outra que pensa *o político*. Seu posicionamento é claro: a defesa de uma *história do político*.

A noção proposta por Rosanvallon é de que as categorias que refletem a ação são tão construídas quanto transformadas, por isso a defesa de uma história conceitual do político. Para ele, o foco é analisar como surgem as questões e como elas se refletem na ordem social, delimitando as estruturas de possibilidades e os sistemas de oposição. Dessa forma, o autor se nega a reduzir o político à noção de poder, considerando que essa noção parte da ideia de que o político consiste na luta pela emancipação, pressupondo uma racionalidade de dominação, de ação estratégica. Rosanvallon não negligencia esse aspecto do político, mas ressalta que “o campo político não é somente organizado por forças claramente determinadas (paixões, interesses); ele é também o território de experimentos e exploração” (2010: 60).

Essa concepção do político torna a abordagem histórica condição necessária para sua compreensão. Não se trata apenas de dizer que os conceitos e as ideias têm uma história – como proposto pela história dos conceitos e pela história das ideias – é preciso considerar, como aponta o autor, que os conceitos e ideias “são uma história e, como tal, indissociável de um trabalho de exploração e experimentação, de compreensão e elaboração de si mesma” (ROSANVALLON, id.: 76). Ainda segundo o autor,

trata-se de reconstruir o modo por que os indivíduos e os grupos elaboraram a compreensão de suas situações; de enfrentar os rechaços

e as adesões a partir dos quais eles formularam seus objetivos; de retrair de algum modo a maneira pela qual as visões de mundo limitaram e organizaram o campo de suas ações (id., ibid.).

Pelo exposto, a história do político como defendida por Rosanvallon distingue-se da história política tradicional, da história social da política, da história das mentalidades políticas, da história cultural da política, pela definição e pela noção do que seja o próprio objeto. Esse objeto, para o autor, é indissociável: não se pode fatiar o político analisando o econômico, o cultural, o social, a política, o poder. Para o autor, “é num nível bastardo que se deve apreender o político, no entrelaçamento das práticas e das representações” (id.: 87). Apropriando De Certeau, em *Invenção do cotidiano*, que afirmara que “os relatos caminham antes das práticas para abrir-lhes um campo”, Rosanvallon reafirma que “os relatos e as representações têm, como efeito, uma clara função possível de abrir um teatro de legitimidade às ações efetivas” (id.: 86).

## 5 Considerações finais

Cabe reforçar brevemente alguns aspectos tratados anteriormente, a fim de melhor situar o debate. Considerando que o objeto político parece ser controverso por natureza, e esse debate possui larga produção acadêmica, é importante refletir sobre alguns pontos de contestações.

Primeiramente, é um fato que a crítica dos *Annales* contrapõe ponto a ponto a história política tradicional. Entretanto, ao examinar detalhadamente as suas formulações, nota-se que os *Annales* nunca fecharam a possibilidade de se trabalhar com o objeto político. Assim como Braudel afirmava, em *Escritos sobre a história*, que a história política não era necessariamente *événementielle*, nem era condenada a ser, Marc Bloch foi mais além em *Os reis taumaturgos*, de 1929, ao tentar renovar a história política.

Em 1929, Bloch já pensava em uma história política diferente da tradicional, fundada sobre a ampliação de suas problemáticas e dos seus métodos. Assim, parece que de forma enviesada a crítica foi demasiadamente radicalizada, levando à “demonização” da história política e, por consequência, do seu objeto. Impõe-se, gradativamente, a ideia de que a crítica não era apenas a uma história política distorcida pelos limites de uma concepção de cientificidade datada pelo seu tempo, mas a recusa do próprio objeto e da importância dos fenômenos políticos.

Mesmo criticada, rebaixada, atacada, a história política permanece balizando a produção historiográfica do século XX. Portanto, enquanto uma forma caricatural era exposta às críticas para legitimar determinadas ondas historiográficas, reafirmando o que a produção historiográfica não queria ser, uma renovação da história política e do seu objeto se processava por contrastes, concomitantemente aos parâmetros da renovação historiográfica mais geral. Nesse sentido, colaboraram fatores exógenos próprios ao recrudescimento das críticas que, não raro, adotavam claras posições políticas e institucionais, bem como fatores endógenos próprios às transformações da produção historiográfica.

O que é importante frisar é que a própria definição do objeto passou por uma importante transformação, expressa não só na variabilidade semântica *da política* para *do político*, mas na ampliação do próprio campo político como um lugar de confluência da sociedade. Essa constatação pode parecer para alguns uma dificuldade de se precisar o que é a renovação da história política, qual o seu objeto, ou o que de fato ela implicou. Entretanto, esse debate não está fechado e nem pretende enfrentar um cânone historiográfico impondo outro. Parece que, em última instância, o que esse debate advoga é a consciência da pesquisa que trata do objeto político para além de vinculações teóricas ou conceituais tomadas *a priori*.

Sem dúvida, a renovação da história política é uma empresa bem-sucedida, que ocupa um importante espaço dentro da historiografia, mas, como ressalta Pascal Balmand, “reconquista não é restauração” (apud BOURDÉ; MARTIN, 1997: 364). Assim, não é possível repetir a velha *Escola Metódica* e a narrativa política tradicional, carentes de conceitualização e de uma capacidade analítica mínima. Mesmo que alguns detratores afirmem, pejorativamente, uma suposta volta da história política tradicional, esse movimento não parece em nada com o seu ponto de partida. É impensável uma recuperação só política da história política. Nem sequer é possível uma compartimentalização, nem uma fragmentação fechada: os gêneros históricos já não podem viver ilhados e incomunicáveis.

## Referências

- BÉLANGER, Réal. Pour un retour à l'histoire politique. *Revue d'Histoire de l'Amérique Française*, v. 51, n. 2, p. 223-241, 1997.
- BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1988.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23-24, p. 7-18, set. 1991-ago. 1992.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris: Seuil, 1997.
- BURGUIÈRE, André. Histoire d'une histoire: la naissance des Annales. *Annales ESC*. 34e année, n. 6, p. 1344-1359, 1979.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. História política. *Estudos Históricos*, n. 17, 1996.
- CHAUNU, Pierre. *Histoire, science sociale. La durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*. Paris: SEDES, 1974.
- D'ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994). *Estudos Históricos*, n. 17, p. 123-149, 1996.
- DÉLOYE, Yves. *Sociologie historique du politique*. Paris: Seuil, 1997.
- DOSSE, François. *A história em migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "Velha História": o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 265-271, 1992.
- FICO, Carlos; POLITO, Ronaldo. *A história no Brasil – 1980-1989: elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. Política: história, ciência, cultura, etc. *Estudos Históricos*, n. 17, 1996.
- GOUVEIA, Maria de Fátima. A História Política no campo da História Cultural. *Revista de História Regional*, v. 3, n. 1, 1998.
- GREVY, Jérôme. Le renouvellement de l'histoire politique. 27 mars 2007. Disponível em: <[ww2.ac-poitiers.fr/hist\\_geo/IMG/bin/faitpolitique\\_1.odt](http://ww2.ac-poitiers.fr/hist_geo/IMG/bin/faitpolitique_1.odt)>. Acesso em: 29 jun. 2011.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

\_\_\_\_\_. Political history in the 1980s: reflections on its present and future. In: RABBE, Theodore K.; ROTBERG, Robert I. (Orgs.). *The New History: the 1980s and beyond*. New Jersey: Princeton University Press, 1982.

LANGLOIS, C-V.; SEIGNOBOS, C. *Introduction aux études historiques*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 1987.

LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências atuais da historiografia brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 2, n. 4, set. 1982.

LE GOFF, Jacques. L'histoire politique est-elle toujours l'épine dorsale de l'histoire? In: \_\_\_\_\_. *L'imaginaire médiéval*. Paris: Gallimard, 1985.

REMOND, René. Por que a história política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 7-19, 1994.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

\_\_\_\_\_. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SIMIAND, François. Méthode historique et sciences sociales. *Revue de Synthèse Historique*, p. 129-157, 1903. Reimpresso em 1987 (*fac-simile*).